

Alexandre Assunção e Silva

SIGILO DAS COMUNICAÇÕES NA INTERNET

Curitiba
Juruá Editora
2017

Visite nossos *sites* na Internet
www.jurua.com.br e
www.editorialjurua.com
e-mail: *editora@jurua.com.br*

ISBN: 978-85-362-6988-7

JURUÁ
EDITORA

Brasil – Av. Munhoz da Rocha, 143 – Juvevê – Fone: (41) 4009-3900
Fax: (41) 3252-1311 – CEP: 80.030-475 – Curitiba – Paraná – Brasil

Europa – Rua General Torres, 1.220 – Lojas 15 e 16 – Fone: (351) 223 710 600 –
Centro Comercial D’Ouro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

Editor: José Ernani de Carvalho Pacheco

S586 Silva, Alexandre Assunção e.
Sigilo das comunicações na internet / Alexandre Assunção e Silva – Curitiba: Juruá, 2017.
128 p.

1. Direito à privacidade.
2. Internet – Legislação.
3. Sigilo (Direito). I. Título.

CDD 342.0858 (22.ed.)
CDU 347.121

00043

SUMÁRIO

Capítulo 1	A COMUNICAÇÃO PELA INTERNET.....	13
1	Explicando a Internet	13
2	A Internet não é Serviço Público.....	14
3	A Internet como Meio de Comunicação.....	15
4	Censura na Internet	16
Capítulo 2	A PRIVACIDADE DO INDIVÍDUO NA INTERNET.....	23
1	A Vigilância em Massa	23
2	A Proteção à Privacidade	25
3	O Direito de Não ser Vigiado.....	27
4	O Uso da Criptografia	29
5	<i>Nemo Tenetur se Detegere</i>	31
6	Restrições à Criptografia.....	33
7	O Risco de Impunidade	36
Capítulo 3	SEGREDOS DE ESTADO NA INTERNET	39
1	O Caso Snowden.....	39
2	Internet e Mídia Tradicional.....	40
3	Segredos de Estado	42
4	Legítima Defesa da Sociedade	45
Capítulo 4	A GUARDA DE DADOS DE CONEXÃO À INTERNET	49
1	Introdução	49
2	A Guarda dos Registos de Conexão.....	50
3	Análise do Precedente do Tribunal Constitucional Federal Alemão	53
3.1	Dispositivos legais questionados	54
3.2	A inviolabilidade das comunicações na Alemanha e no Brasil.....	56
3.3	Necessidade de notificação da pessoa afetada	58
3.4	Abrangência do sigilo das comunicações.....	59

3.5	Exclusão dos dados após o período legal	61
3.6	Padrões mínimos de segurança	62
3.7	Investigação de crimes graves.....	65
3.8	Equiparação à interceptação telefônica	66
3.9	Sanções adequadas.....	70
3.10	Resultado do julgamento.....	72
4	Análise do Precedente do Tribunal de Justiça Europeu.....	75
4.1	Impugnação da Diretiva 2006/24/CE	75
4.2	Violação ao sigilo de dados pessoais	76
4.3	Medida adequada mas desnecessária	77
4.4	Abrangência desproporcional.....	78
4.5	Falta de segurança.....	79
4.6	Resultado do julgamento.....	80
5	Aplicando o Princípio da Proporcionalidade no Brasil	80
5.1	Aspectos gerais	80
5.2	Adequação.....	81
5.3	Necessidade.....	85
5.4	Proporcionalidade em sentido estrito	87
5.5	O princípio da razoabilidade	91
5.6	Um novo panóptico.....	95
6	O Precedente do Superior Tribunal de Justiça sobre Guarda de Dados	98
7	Conclusão.....	102
Capítulo 5	REQUISITOS DE ACESSO AOS DADOS DE CONEXÃO À INTERNET.....	105
1	Panorama Legal.....	105
2	Dados Telemáticos	106
3	Apuração de Crimes Graves.....	108
4	Ações Cíveis	109
	REFERÊNCIAS	111
	ÍNDICE ALFABÉTICO	115